

Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo

Ata de reunião

1 No dia 06 de agosto de 2015, às 09:30, reuniram-se na sala de Reuniões do Gabinete do
2 Ministro, na Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República: Pepe Vargas –
3 Ministro de Estado da Secretaria de Direitos Humanos; Silvio Brasil – Coordenação Geral da
4 CONATRAE; Adilson Carvalho – Coordenação Geral da CONATRAE; Judith Cavalcanti –
5 Coordenação Geral da CONATRAE; Larissa Leston – CNI; Frederico Melo – CNA; Carlos Eduardo
6 – CONTAG; Elias Borges – CONTAG; ênia Duarte – CONTAG; Érico Alves – PF/MJ; Jonas Moreno
7 – MPT; Fabiola Oliveira – auditora fiscal, SIT/MTE; Cesar Augusto – MD; Mário Guerreiro –
8 AGU; Paulo Sérgio Almeida – Secretário de Inspeção do Trabalho, SIT/MTE; Carlos Eduardo
9 Lima – ANPT; Paulo Maldos – Secretário Nacional de Promoção e Defesa de Direitos Humanos,
10 da SDH; Mércia Silva – InPacto; Fernanda Carvalho – OIT; Raquel Perrota – Conselho Federal da
11 OAB; Jacqueline Carrijo – SINAIT; Carlos Haddad – AJUFE; Tânia Garib – PRF/MJ; Márcia Vieira
12 – PRF/MJ; Marcelo Moreno – PRF; Elizabete Flores – CPT; Guilherme Feliciano – ANAMATRA;
13 Francisco de Paula – ANADEP; Patrícia Trindade – SINAIT; Edit Silva – CNA; Henrique Fontenelle
14 – PRF/MJ; Francisco José – Assentamento Nova Conquista, em Monsenhor Gil/PI; Rogenir
15 Costa – CRS; Uilia Braga – UNIMIL/GO; Uilliam Costa – UNIMIL/GO; Lisiane Thurler –
16 PFDC/MPF; Hamilton Dias – FNTR/FTTRESP; Jorge Alberto – COETRAE/MA; João Franco – CPT e
17 COETRAE/MA; Vera Oliveira – MAPA; Marinete Merss – SDH; Ângela Costa – ANPT; Bruno
18 Arruda – DPU. (Embora não tenham se apresentado, também participaram da reunião: Cátia
19 Araújo, Camila Assis e Edilene Santos. Todas compõem a equipe da Coordenação Geral da
20 CONATRAE/SDH.)

21 O Ministro abre a reunião agradecendo a presença e pede que todos que forem falar se
22 identifiquem para que fique registrado em gravação. Esclarece que a pauta foi enviada com
23 atraso em razão da demora na confirmação do Senador José Medeiros. Lê a pauta e pergunta
24 se há acréscimos. Não há propostas. Pergunta se há observações à ata da reunião anterior,
25 enviada por email. A ata fica aprovada. O Ministro Pepe Vargas passa a palavra a Silvio, que
26 segue para o primeiro ponto de pauta.

27 **1. Tema: Comissão de Análise Prévia**

28 Judith faz relato sobre a Comissão do GT. Frederico completa a informação explicando que a
29 Comissão de Análise Prévia não tem caráter deliberativo. Explica que o fluxograma ajudaria a
30 formalizar os procedimentos e não frustrar expectativas de quem vem fazer denúncias, por
31 exemplo. Carlos Eduardo, da CONTAG, reitera as falas anteriores e explica que a tentativa é
32 que haja uma melhor preparação das informações para que os membros tenham efetiva
33 possibilidade de compreender o tema e a pertinência para a CONATRAE. Lembra a inquietação
34 que o grupo viveu com relação à estrutura da CONATRAE e quanto ao tempo de reunião ainda
35 restrito a duas horas. Silvio completa que o incômodo se refere também à formação do grupo,
36 quando em realidade mais instituições estão presentes no cotidiano, mas não estão
37 acobertadas pelo Decreto s/n, de 31 de julho de 2003, ou pelo Regimento Interno, ainda em
38 construção. Mércia pergunta sobre a possibilidade de participação das instituições que não
39 estão formalmente na CONATRAE. Jacqueline sugere que inicialmente o grupo seja formado

40 somente por membros oficiais, mas sem perder o diálogo com a sociedade civil, maioria dos
41 participantes sem vínculo formal. Jonas não vê impedimento. Guilherme sugere uma
42 composição rotativa. Carlos Eduardo, da ANPT, reitera a importância da participação de
43 instituições ainda não formalizadas, mas atuantes. O Ministro pergunta sobre a criação de uma
44 ou duas comissões. Carlos Eduardo, da CONTAG, sugere que sejam comissões diferentes
45 porque é possível que mais membros se interessem pela estruturação da CONATRAE. Sugere
46 ainda que a SDH e o MTE sejam obrigatórias na Comissão de análise prévia. O Ministro sugere
47 que os grupos sejam compostos por membros diferentes para garantir a rotatividade.
48 Frederico lembra que a CNA é a única representante de empregadores formalmente
49 representada na CONATRAE e que pensar em membros diferentes prejudica o tripartismo,
50 caso a CNA não possa estar em todas. O Ministro concorda e retira a proposta. Candidataram-
51 se para a Comissão de Análise Prévia: AJUFE, CONTAG, CNA, OAB , OIT, ANPT, ANAMATRA,
52 MTE, AGU, SINAIT e SDH. O quórum mínimo para as reuniões da Comissão é de 6 (seis)
53 instituições. Hamilton pergunta se a Comissão de Análise Prévia é permanente. O ministro
54 esclarece que a Comissão vai sugerir a criação ou não de um GT. Carlos Eduardo pede que se
55 dê prioridade à praticidade. Adilson sugere que seja estabelecido um prazo para apresentação
56 de proposta. Ministro sugere que a data seja na segunda reunião a partir desta, para a
57 Comissão Estrutural, e para a Comissão de Análise Prévia para o fim do ano.

58 **Deliberação:** Aprovadas por unanimidade a criação de duas Comissões: a Comissão Estrutural
59 composta pelo SINAIT, OIT, IMPACTO, CNI, CPT, OAB, SDH, ANAMATRA, ANPT, AGU, MPT, MTE
60 e a Comissão de Análise Prévia, composta pela AJUFE, CONTAG, CNA, OAB , OIT, ANPT,
61 ANAMATRA, MTE, AGU, SINAIT e SDH.

62 **2. Tema: Comissão Encontro Nacional**

63 Silvio contextualiza as discussões do grupo que se reuniram desde a última reunião ordinária.
64 Rogenir explica que os gestores são o foco da proposta para que as COETRAEs obtenham
65 estrutura técnica qualificada e consigam articular melhor as políticas públicas estaduais.
66 Márcia lembra que participou com a OIT da reinstalação da COETRAE/BA e compreende como
67 bastante positiva esta proposta de visita. Fernanda reforça que é importante que as oficinas
68 prévias tenham caráter propositivo. Jacqueline sugere que as regiões sejam divididas entre
69 alguns membros para facilitar o diálogo. Rogenir lembra que o grupo pretende se reunir
70 novamente e traçar detalhes a partir destas novas sugestões. Tânia Mara, do MAPA, sugere
71 que seja feito um diagnóstico com os estados para que depois sejam identificados os parceiros
72 da CONATRAE a visitarem as regiões. Silvio pondera sobre o fato de que várias das
73 colaborações se referem ao mérito do que será construído pela Comissão. Mércia reforça a
74 importância de o próximo encontro nacional ser um espaço de troca de saberes e não apenas
75 um repasse de informações. Sugere ainda que as agendas nos estados sejam incorporados os
76 parceiros do setor privado.

77 **Deliberação:** Encontro será realizado em 2016. Neste ano de 2015, a comissão decidirá sobre
78 as prioridades de visitas e uma metodologia sobre as visitas prévias. Este mesmo grupo será
79 responsável por pensar os detalhes do encontro. Na próxima reunião, deverá vir uma proposta
80 de ação.

81 Jacqueline faz um pedido ao representante do Ministério da Defesa no que se refere à
82 importância da presença do Estado nas áreas de fronteiras. César explica que há uma operação
83 em término com este foco. Jacqueline pede que as COETRAEs possam fazer parte desta
84 construção.

85 3. Tema: Lista Suja

86 Adilson explica que, em razão do recesso do judiciário, a discussão está parada. O primeiro
87 encaminhamento era a proposta da Ministra Carmem Lúcia de dialogar com a ABRAIN, mas
88 esta reunião ainda não foi feita. A Coordenação Geral da CONATRAE solicitou audiência com a
89 Ministra para falar do posicionamento desta Comissão. Há ainda uma petição da AGU para que
90 a ação perca o objeto, que foi protocolada em maio, mas a Ministra ainda não se posicionou.
91 Guilherme, da ANAMATRA, lembra que a Associação entrou como *Amicus Curiae* no caso em
92 questão. Paulo Sérgio explica que a Ministra pediu um pouco mais de tempo para poder
93 compreender os detalhes do caso.

94 O Ministro pede licença para se ausentar da reunião em virtude de agenda urgente.

95 4. Tema: Visita do Senador José Medeiros

96 Silvio agradece a presença do Senador e explica que o objetivo do convite é que os membros
97 da CONATRAE possam apresentar elementos que contribuam na definição de sua posição
98 quanto ao PLS 432. O Senador explica que pretende chamar uma audiência pública e pede
99 sugestões para que todos os interessados sejam ouvidos. Marinete explica que o tema tem
100 continuidade na conjuntura política da PEC do Trabalho Escravo [hoje Emenda Constitucional
101 81]. Explica que o texto tenta modificar o art. 149 do código penal, que define trabalho
102 escravo, conceito já consolidado no Brasil e apresentado internacionalmente como o mais
103 avançado quanto ao tema, além de inviabilizar a Lista Suja. Lembra que a Emenda mais
104 consensual é a Emenda nº10. Carlos Eduardo, da ANPT, lembra-se da formação da CONATRAE
105 considerando governo, sociedade civil e empregadores. Lembra que retirar do conceito a
106 condição degradante e a jornada exaustiva é retrocesso e que o Brasil tem sido apresentado
107 como destaque internacional por causa de suas práticas e conceito. Mércia fala do
108 engajamento das empresas ligadas ao Pacto Nacional em defesa da PEC e do Código Penal.
109 Reforça que o conceito é amplamente aceito pelas empresas vinculadas ao Pacto. Lembra a
110 importância de se separar as empresas que atuam dentro da lei das que abusam das relações
111 ilegais com fins de lucro. Jacqueline explica que neste contexto vários trabalhadores ficam em
112 condições ainda mais vulneráveis e pede que o tema seja realmente aberto para a população.
113 Paulo Sérgio agradece a disposição do Senador em ampliar o debate. Lembra que as formas
114 atuais de trabalho escravo são mais sofisticadas que antes. Explica que os casos encontrados
115 não são meras violações a direitos trabalhistas, mas condições que podem substancialmente
116 por em risco a vida das pessoas. Reforça que mudanças negativas causarão desprestígio
117 internacional; o risco é que a Emenda Constitucional nº 81 se torne “letra morta”. Elias explica
118 que é preciso combater o trabalho escravo e não apenas reduzir o conceito para que os
119 números de fiscalização diminuam e que isso seja equivocadamente entendido como fim do
120 trabalho escravo. Fernanda reforça que a OIT reconhece o país como referência internacional,
121 que a Lista Suja tem sido replicada em outros países e que a cooperação sul-sul só foi
122 construída porque o Brasil é uma referência. Larissa explica que a CNI defende que o conceito

123 hoje vigente é subjetivo e, portanto, é favorável ao PLS 432, que tira esta subjetividade e
124 outras divergências de entendimento. Jonas lembra que a grande maioria dos empregadores
125 são cumpridores da legislação e que apenas uma pequena minoria que insiste em praticar um
126 crime grave e competir de maneira desonesta no mercado. Não identifica este como um
127 conceito aberto e identifica isto em sua trajetória profissional. Se a dificuldade está na
128 subjetividade, sugere que sejam qualificados os conceitos de condição degradante e jornada
129 exaustiva. Raquel reforça a importância de manter o conceito vigente hoje e lembra que
130 trabalho escravo é um crime de lesa humanidade. Guilherme solicita que o Senador mantenha
131 o conceito com jornada exaustiva e condição degradante. Acredita que qualquer mudança
132 pode descumprir os compromissos assumidos pelo país em âmbito internacional, perante a
133 OEA e o Pacto de San Jose da Costa Rica, que exige que o país não retroceda no conceito.
134 Lembra que o conceito está há 10 anos em vigência e se consolidando. Fala que o “clima de
135 caça às bruxas” não é real e traz o exemplo de sua atuação em Taubaté, em que efetivamente
136 só encontrou 3 casos de condição análogo à de escravo, para reafirmar que é apenas uma
137 minoria. Francisco reforça a importância de manter o conceito e de o Estado tentar
138 efetivamente punir os responsáveis pelo crime. Lembra que é realmente uma minoria que
139 trabalha na ilegalidade, mas que se esta minoria não for combatida outros podem ser
140 influenciados pela impunidade. O Senador reforça a importância do diálogo amplo e se
141 compromete a fazer um debate isento de pré-conceitos.

142 5. Tema: Informes

143 Silvio fala da agenda de reuniões ordinárias para 2015: 3 de setembro, 2 de outubro, 10 de
144 novembro e 8 de dezembro. Lembra que, em razão de ainda haver necessidade de uma
145 reunião itinerante, os locais ainda não estão definidos.

146 Mércia comunica um evento de 10 anos do Pacto Nacional. O convite será enviado para a SDH.

147 Elias lamenta o não veto da Presidenta quanto à categoria de operadores de máquinas
148 agrícolas. Convida os membros para a Marcha das Margaridas, na próxima semana.

149 Jorge, da COETRAR/MA, fala das reuniões ocorridas neste ano e pela nota contrária ao debate
150 pela desqualificação do conceito de Trabalho Escravo. Conseguiram criar um fundo e ampliar a
151 participação da sociedade civil na COETRAE. Nos dias 18 a 20, ocorrerá a Caravana. A
152 sociedade civil comporá as mesas e terá falas garantidas. Será em Codó, onde há fluxo intenso
153 de incidência de trabalho escravo. Solicita apoio para um pedido de criação de 12 varas do
154 trabalho no Estado do Maranhão.

155 Sem mais para o momento, Silvio encerra a reunião.

156 Redigiu esta ata: Judith Cavalcanti, assessora da Coordenação Geral da CONATRAE.

157 Anexo 1: lista de presença.